



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de mensagens que encaminham os Projetos de Lei sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e sobre os Bancos de Dados de Proteção ao Crédito e de Relações Comerciais

Palácio do Planalto, 01 de setembro de 2005

Meu caro Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados,

Dilma Rousseff, ministra de Estado chefe da Casa Civil,

Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,

Antônio Palocci, ministro de Estado da Fazenda,

Deputado Eduardo Seabra,

Meu caro Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo,

Minhas amigas,

Meus amigos,

Vou começar com uma boa notícia, antes do Projeto de Lei, que já é boa notícia. O Paulo Skaf, vê, é uma coisa importante, Paulo. Bem, todos vocês sabem que este mês, mais uma vez, nós estamos já há 3 meses consecutivos batendo recorde de exportações. No mês de maio, pela primeira vez, entramos na casa dos 10 bilhões; no mês de julho, pela primeira vez, entramos na casa dos... Não, em junho entramos na casa dos 10 e em julho na casa dos 11 bilhões; e, neste mês de agosto, tivemos outro recorde, foram exportados 13 bilhões e 380 milhões, num comércio extraordinário entre importações e exportações, de 19 bilhões, que é outro recorde; e um total, em 12 meses, de



182 bilhões de reais entre exportação e importação, e um saldo, que não é nada ruim para o Brasil, de 40 bilhões de dólares.

Esse dado deve estar sendo divulgado hoje pelo Ministério do Desenvolvimento, mas eu não podia, tendo aqui o Presidente da principal Federação de empresários do Brasil, deixar de falar um pouco.

O Palocci fica feliz porque, como tem muita gente pessimista, durante todo o dia, quando as coisas acontecem, mesmo com o câmbio baixo, Palocci, eu fico imaginando o Skaf pensando: “imagina se o câmbio estivesse uns 2,70, 3, como é que seria melhor”.

Mas, de qualquer forma, as coisas estão indo, e estão indo do jeito que precisam ir: com cuidado, com cautela, para que a gente possa fazer as coisas acontecerem no Brasil. E esse Projeto de Lei, na verdade, é mais um processo de consagração nas coisas que nós queremos fazer, que seja duradoura, no Brasil, permanente e que a gente não viva de fatos ocasionais.

Todos aqui têm consciência de que nas últimas décadas ocorreu um profundo divórcio entre a veloz transformação dos mercados globais e a lenta ordenação do seu impacto na vida interna das nações.

Reduzir essa distância e criar as condições legais de interação com as realidades do mercado, com o objetivo de preservar os direitos do cidadão, é uma obrigação do Estado.

Não se trata de criar processos burocráticos ou ressuscitar o intervencionismo econômico. Muito pelo contrário, estou falando de definir de forma clara e consensuada democraticamente regras e normas republicanas, que contrabalancem as assimetrias da globalização.

Esse é o sentido dos dois projetos que estamos encaminhando hoje ao Congresso Nacional: a modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e o Cadastro Positivo do Consumidor.

Embora avancem em planos distintos, esses dois projetos se complementam no horizonte do desenvolvimento equilibrado e justo que



estamos perseguindo.

O primeiro deles assegura mais ainda a pluralidade efetiva de atores econômicos, defendendo uma maior concorrência na economia brasileira. E garante que essa concorrência se traduza em preços menores e produtos melhores em benefício de toda a sociedade brasileira.

O segundo fortalece a atual política de massificação do crédito ao consumo e à produção. Ao lado do contínuo aumento das exportações e da retomada dos investimentos, é ele que forma o tripé de um ciclo de expansão que reconcilia variáveis antagônicas na história econômica recente do Brasil. Este ciclo se confirma com o constante crescimento do PIB, com a inflação no patamar mais baixo dos últimos cinco anos e com a oferta de emprego 12 vezes superior à média dos anos 90, o que contribui para que nossa massa salarial registre um aumento de 4% nos últimos 12 meses até o mês de junho.

Do lado externo, o Brasil coleciona recordes comerciais e financeiros. As exportações estão crescendo 23% este ano e o superávit em transações correntes aponta para um resultado equivalente a 2% do PIB em 12 meses. Estamos falando, portanto, de um ganho líquido de quase 14 bilhões de dólares nas contas correntes. Algo incomparavelmente distinto do déficit de 180 bilhões trazido dos anos 90, que agravou a vulnerabilidade da economia e conduziu o país, por duas vezes, a recorrer ao Fundo Monetário Internacional.

Minhas senhoras e meus senhores,

É nessa moldura renovada que se encaixa a preocupação do governo com a consistência do sistema de crédito de massa, que deve ganhar ainda maior transparência e agilidade com a criação do Cadastro Positivo do Consumidor. Para amplos contingentes da nossa população, o crédito é um atalho para o futuro. Ele antecipa o acesso a uma geladeira, a um televisor, a um colchão e a tantos outros produtos de sua necessidade.



Além disso, o crédito é a ferramenta essencial e insubstituível para que milhões de microempreendedores e trabalhadores por conta própria possam transformar a sua criatividade e a sua força de trabalho em um negócio próprio, gerando renda para si e para seus familiares, aquecendo e dinamizando as economias locais. Nós sabemos, porém, que a incerteza com relação ao pagamento piora as condições e os custos do crédito. Na prática, bons pagadores muitas vezes arcam com o prejuízo dos maus devedores.

O que estamos fazendo agora é inverter a ênfase. O Cadastro Positivo vai registrar quem tem o nome limpo porque sempre reservou o dinheiro sagrado das prestações e, mesmo com o sacrifício que conhecemos, pagou todas elas em dia. Cada pagamento desses estará registrado no novo cadastro. E não há nenhuma dúvida: dele fará parte a imensa maioria dos trabalhadores e trabalhadoras deste país. Mas também serão beneficiados pelo Cadastro Positivo aqueles que, uma vez na vida, perderam o prazo por um acidente na rotina familiar, um gasto de urgência, uma doença, um socorro a um parente querido. Esses terão, ao lado do registro negativo, uma lista enorme de pagamentos feitos religiosamente em dia, o que permitirá ao comerciante, ao lojista e ao banco diferenciar claramente um momento de aperto involuntário na vida de um cidadão de bem e, portanto, liberar o seu crediário.

Esse projeto garante, ainda, que o cliente será comunicado antes de ter seu nome registrado no cadastro de inadimplentes. Isso vai assegurar a ele a chance de saldar o débito ou mesmo de contestá-lo, se for o caso.

Minhas amigas e meus amigos,

Um processo de desenvolvimento, antes de ser um projeto econômico, é um consenso político. No caso brasileiro, este processo consagra um compromisso histórico com o qual chegamos ao governo: reestruturar nosso padrão de crescimento para fazer da justiça social a nova fronteira da soberania no mundo da globalização.



Nosso país também tem muito a ganhar com a modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e com a reestruturação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o CADE. Com esta iniciativa, buscamos ampliar o severo controle que estamos empreendendo desde o início do nosso governo à concorrência, no Brasil, de um dos grandes paradoxos do mundo globalizado: a formação de cartéis e a concentração econômica.

Essas distorções inibem a atividade econômica e penalizam o comércio. Mais ainda, fraudam o consumidor, sonhando-lhe a opção do preço mais baixo. E, sobretudo, subtraem a energia do desenvolvimento ao fomentar a alta dos preços de forma injustificada.

O Projeto de Lei que enviamos hoje ao Congresso tem como objetivo aprofundar nossa política de defesa da concorrência, que já mostrou sua face visível em operações da Polícia Federal e dos Ministérios da Fazenda e da Justiça – ao propor, por exemplo, a obrigação da análise antecipada dos processos de fusões e aquisições.

Com isso, pretendemos ao mesmo tempo dar maior segurança aos investidores – que só fecharão seus negócios com a certeza de seu enquadramento legal – e maior transparência social a tais eventos.

Por outro lado, buscamos desburocratizar a tomada de decisões: ao incorporar o Departamento de Proteção e Defesa Econômica do Ministério da Justiça, o CADE passará a ser, em sua nova configuração, a única instância de instrução e julgamento sobre o assunto.

Em outras palavras, buscamos garantias para que os aumentos de produtividade do novo ciclo econômico resultem em redução de preços e ganhos de qualidade.

A sociedade tem o direito de ser informada e de analisar com transparência os movimentos de concentração de capitais e de empresas, potencializados pela globalização econômica.



E por uma razão muito simples: os mercados não são perfeitos, tampouco as regulamentações estão isentas de normas defeituosas.

É a transparência das decisões que pode garantir – tanto para a população quanto para o mercado – o aperfeiçoamento e a evolução contínua das sociedades democráticas.

Meus parabéns ao Márcio, meus parabéns ao Palocci, meus parabéns à Dilma, depois que for votado na Câmara eu vou dar os parabéns ao Severino, e meus parabéns a vocês que tanto trabalharam para que isso acontecesse.

Obrigado.